

**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA**

**CONTRATADO: REDEPLUS LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E EQUIPAMENTOS LTDA-ME.**

**CONTRATO Nº: 29/2017**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para locação de software de gerenciamento e controle de abastecimento de combustíveis para frota Municipal, por meio de sistema informatizado e integrado, com utilização de tecnologia de cartão magnético ou com chip, via web, em tempo real, em rede especializada de serviços.

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do termo acima identificado e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final, e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Nova Aliança, 09 de Março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Aliança  
Augusto Donizetti Fajan  
Prefeito Municipal  
E-mail institucional: licitação.pmna@gmail.com

Redeplus Licenciamento De Software E Equipamentos Ltda-Me  
Gilberto Franzoni  
Sócio Administrador  
E-mail: contato@redeplus.com.br

**CONTRATO Nº 29/2017 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA E A EMPRESA REDEPLUS LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E EQUIPAMENTOS LTDA-ME.**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA-SP**, situada na Praça Padre João Nolte, nº 22, centro, na cidade de Nova Aliança, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 45.094.232/0001-94, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Augusto Donizetti Fajan, brasileiro, convivente, residente e domiciliado à Rua Jaci, nº 10, Centro, cidade de Nova Aliança, comarca de Potirendaba, Estado de São Paulo, portador do RG nº 12.404.416-5 e do CPF 018.897.568-30, Prefeito Municipal no exercício do cargo e, de outro, **REDEPLUS LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E EQUIPAMENTOS LTDA. ME**, pessoa jurídica de direito privado com sede em São José do Rio Preto/SP, na Rua Dr. Raul de Carvalho, 1069 – SALA 1 Boa Vista, Cep: 15025-300, inscrita no CNPJ sob nº 14.902.695/0001-01, Inscrição Estadual isento, tendo seu representante legal o Sr. **Gilberto Franzoni**, portador do RG número 23.904.462-9 SSP-SP, inscrito no CPF sob o número 121.776.356-96, de acordo com o que consta do Processo nº 22/2017, relativo a Dispensa n.º 08/2017, têm entre si justo e acertado este instrumento contratual, que se regerá pelas CLÁUSULAS seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:- DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para locação de software de gerenciamento e controle de abastecimento de combustíveis para frota Municipal, por meio de sistema informatizado e integrado, com utilização de tecnologia de cartão magnético ou com chip, via web, em tempo real, em rede especializada de serviços.

**CLAUSULA SEGUNDA:- VALOR DO CONTRATO**

2.1. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais), pagos mensalmente em 12(doze) parcelas fixas de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

**CLAUSULA TERCEIRA:- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1. O CONTRATADO deve, além das demais obrigações descritas nas especificações técnicas do objeto:

3.1.1. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

3.1.3. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

3.2. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;

3.3. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas, bem como por todas as despesas decorrentes do serviço contrato, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei.

3.4. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

3.5. É expressamente vedada ao Contratado a subcontratação ou a transferência a terceiros, por qualquer forma, da execução do objeto deste contrato, sem prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

3.3. Fornecer a Licença de uso do Software para sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos, pelo período de 12 (doze) meses.

3.4. Comunicar à Administração, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a utilização do produto.

3.5. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

#### **CLAUSULA QUARTA:- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. Expedir as Autorizações de Fornecimento;

4.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO para a fiel execução do contrato;

4.3. Notificar ao CONTRATADO, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

4.4. Efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme requisição, acompanhado da respectiva nota fiscal.

4.5. Designar um Gestor responsável em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato, afim do mesmo prestar todas as informações pertinentes ao processo, receber treinamento sobre o sistema e efetuar a inclusão dos dados no sistema, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

4.6. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATADA ou terceiros.

4.7. A Contratante será responsável pela total administração e uso do software de GESTÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA, ficando isenta qualquer responsabilidade da Contratada em caso de extravio, perda ou roubo do CARTÃO Gestão de Frota que compõem a frota, bem como não deverá em nenhuma hipótese ceder respectivo software sem concordância da CONTRATADA.

4.8. A incidência de qualquer um dos eventos descritos no item 4.7, acarretará em ônus da reposição do cartão magnético ao CONTRATANTE, facultando repassar o custo de reposição ao condutor usuário do cartão, caso seja comprovada a má utilização.

#### **CLÁUSULA QUINTA:- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

5.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA SEXTA:- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/1993 e vincula-se ao anexo da Dispensa nº 08/2017, constante do Processo Licitatório nº 22/2017, bem como à proposta do CONTRATADO.

#### **CLAUSULA SÉTIMA:- DA RESCISÃO**

7.1. A rescisão do contrato, dar-se-á na forma da Lei N.º 8.666, de 21 de Junho de 1993 e atualizada pela Lei N.º 8883 de 08 de Junho 1994, sem embargo da multa a que ficar sujeita a parte que der ensejo ao distrato.

7.1. Constitui motivo para a rescisão contratual:

7.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados a seguir:

7.1.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

7.1.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

7.1.1.3. falta de entrega do objeto licitado, levando a CONTRATANTE a comprovar a falta de interesse da CONTRATADA;

7.1.1.4. o atraso injustificado na entrega do objeto;

7.1.1.5. a sub-contratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;

7.1.1.6. o desatendimento das determinações regulares do responsável para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim, como a de seus superiores;

7.1.1.7. o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

7.1.1.8. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

7.1.1.9. a dissolução da sociedade;

7.1.1.10. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

7.1.1.11. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade da esfera administrativa do órgão CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

7.1.1.12. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impositiva da execução do contrato.

7.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

7.1.3. A rescisão contratual pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos acarretará na aplicação das penalidades, multas e indenizações cabíveis à espécie, por parte da CONTRATANTE.

7.1.3.1. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**CLÁUSULA OITAVA: DA REQUISIÇÃO E ENTREGA DO OBJETO:**

8.1. Os serviços deverão ser entregues conforme requisição do setor competente, e dentro do prazo de 12(doze) meses e das especificações da proposta de Preço, de forma que garanta pleno atendimento a critérios de qualidade.

**CLAUSULA NONA:- DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura ou fornecimento total do objeto licitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA:- DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

10.1. O CONTRATADO deverá apresentar a respectiva nota fiscal, expedida na forma regulamentada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para conferência por parte da CONTRATANTE que encaminhará ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Aliança para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, quando solicitado, das seguintes comprovações:

a) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

10.2. A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

a) total dos serviços no mês;

10.3. A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores.

10.4. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 10(dez) dias úteis, contado da data de entrega da nota fiscal junto ao Setor de Contabilidade, da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, caso estes forem exigidos pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do CONTRATADO ou outra forma previamente convencionada entre as partes.

10.6. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO sem o devido atesto de entrega do objeto contratado, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

10.7. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras.

10.8. A contagem do prazo para pagamento será reiniciado e contado da reapresentação do documento fiscal junto ao Setor de Contabilidade com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestação de serviços pelo CONTRATADO.

10.9. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

**CLAUSULÁ DÉCIMA PRIMEIRA:- DAS SANÇÕES**

11.1. O CONTRATADO será impedido de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) retardar a execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal.

11.2. Para os fins do item “e”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

11.3. Para condutas descritas nos itens “a”, “d”, “e”, “f” e “g” será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

11.3. Para os fins dos itens “b” e “c”, será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia do valor do contrato em caso de atraso injustificado no fornecimento, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência de descumprimento das obrigações assumidas;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a” ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- d) 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

11.5. Se os valores do pagamento forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.7. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:- DA DOTAÇÃO**

12.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação: 02.02.00/04.122.0003.2003.0000/3.3.90.39.00.

#### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. O presente contrato é de natureza administrativa, aplicando-se-lhe os princípios da teoria geral dos contratos administrativos e as normas de direito público incidentes na

espécie, notadamente as disposições contidas na Lei 8.666/93, em especial o artigo 77, e atualizada pela Lei 8883/94.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:- DO FORO**

14.1. As partes Contratantes a Comarca de Potirendaba, Estado de São Paulo, como único competente para dirimir eventuais litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem, assim, justa e acertadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de idêntico teor, na presença de duas testemunhas que também o assinam, para todos os fins e efeitos de direito.

Prefeitura Municipal de Nova Aliança, SP, 10 de Março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Aliança  
Augusto Donizetti Fajan  
Prefeito Municipal  
Contratante

Redeplus Licenciamento De Software E Equipamentos Ltda - Me  
Gilberto Franzoni  
Sócio Administrador  
Contratada

Testemunhas:

Vandil Baptista Casemiro  
RG nº: 19.966.345-2

Lucilene de Pauli  
RG nº: 28.598.469-X